

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

A voz que faltava

Em várias ocasiões, em diferentes governos, clamamos os presidentes da República a fazer campanhas de opinião pública, para mobilizar os eleitores a pressionarem o Congresso Nacional a favor da aprovação de medidas de correção dos sistemas político e econômico brasileiro. Acreditávamos que só assim deputados e senadores poderiam ser levados a abandonar suas resistências de caráter corporativo, regional e eleitoral a essas mudanças.

Continuamos defendendo essa fórmula. Mas é com satisfação que reconhecemos que o presidente Fernando Henrique Cardoso, dando mais uma prova de tudo que aprendeu nos anos de militância no Congresso, encontrou uma maneira mais sutil, e provavelmente mais eficiente, de utilizar seu imenso capital eleitoral e o prestígio de que desfruta junto à opinião pública para conseguir que a Câmara e o Senado votem a reforma constitucional com a qual pretende completar o Plano Real e consolidar a derrota da superinflação.

O governo está preparando uma campanha que, ao mesmo tempo em que alerta e mobiliza a opinião pública de forma a lembrar constantemente aos seus representantes no Congresso do peso da esmagadora votação que seu projeto de reformas recebeu na eleição, introduz uma nuance de importância fundamental: ela será vazada em termos que retiram do projeto a conotação de incitação a um confronto da opinião pública com o Congresso e reforçam o seu sentido de tentar, ao contrário, tirar das costas de deputados e senadores o ônus eleitoral de assumir a responsabilidade por aprovar medidas impopulares discutidas entre quatro paredes.

O mote da campanha girará em torno da idéia de que é preciso perder um pouco agora para não perder tudo logo adiante. Em outras palavras, o governo atrairá para si o peso negativo assumindo a autoria e a responsabilidade por todas as medidas, mas explicando, de forma transparente e didática, as consequências perigosas de deixar tudo como está. Mostrando a cada cidadão o que vai acontecer com cada medida

proposta, quem vai ganhar, quem vai perder, quanto cada um vai ganhar, quanto cada um vai perder, e quanto todos arriscam perder se nada for feito, o governo estará sinalizando aos eleitores que, se tiverem que cobrar alguma coisa pelo que vier a ser feito, devem cobrar do Palácio do Planalto e dos ministros e não de seus representantes no Congresso. Estes deverão ser cobrados apenas pelas consequências — muito piores — daquilo que não for feito...

É o caso da Previdência Social, por exemplo, um dos que vai causar maior polêmica e gerar as maiores resistências. Do modo como o sistema previdenciário está montado agora, com aposentadorias especiais e as pessoas podendo se aposentar com 30 ou 35 anos de serviço, independentemente da idade que tenham, o sistema está condenado à falência em pouco tempo. Se os serviços hoje já são ruins, daqui para a frente tendem a piorar até não poder mais ser prestados.

Aí está a sutileza do plano de mobilização que o governo federal vai lançar nos próximos dias. Deputados e senadores têm um verdadeiro pavor de votar qualquer coisa que seu instinto pavloviano classifique como impopular. E, não resta a menor dúvida, algumas das medidas que precisarão ser tomadas na reforma da Constituição são, num primeiro momento, impopulares. Não se faz um ajuste profundo na economia brasileira como o que precisa ser feito sem sacrifícios para vários grupos, para determinadas regiões e até para a sociedade como um todo, mas que, se não forem feitos agora, levarão à implosão de todo o sistema, que já tinha começado e se traduzia na hiperinflação sob a qual vivíamos, e foi temporariamente interrompida pelo advento do real.

Assumindo plenamente a sua parte da responsabilidade, o governo, inteligentemente, estará em posição de cobrar que o Congresso assuma, também plenamente, a sua. Mas o mais importante é que, pela primeira vez em nossa história, a voz do povo, este eterno excluído nos momentos de decisão que tem dado tantas provas de que é bem mais maduro que seus representantes, estará presente e atuando no debate.